

Doença, conflito e extinção: Sobre as relações entre humanos e macacos mediadas pelos surtos recentes de febre amarela no Brasil (2011-2018)¹

Disease, conflict and extinction: On the relations between humans and monkeys mediated by recent outbreaks of yellow fever in Brazil (2011-2018)

Eliane Sebeika Rapchan*¹

Palavras-chave:

Primatas tropicais;
Comunidades híbridas;
Guerras sanitárias;

Resumo: O objetivo dessa reflexão é tratar do lugar que as abordagens sobre animais, bem como sobre as relações entre humanos e animais, têm ocupado na antropologia contemporânea, a partir dos parâmetros que regem as categorias “semelhança” e “diferença” em relação aos fenômenos associados à saúde e à doença que envolvem transmissão, contágio e epidemias a fim de explorar as possibilidades do estabelecimento de relações sociais interespecíficas. Para isso, pretende-se analisar o caso particular das ações populares frente ao surto de febre amarela no Brasil em 2018, que, ao associarem o contágio pela doença às espécies de macacos-tropicais, entre elas os macacos-prego, promoveram ataques violentos e mortes dos animais com os quais, supunha-se, esses humanos haviam estabelecido relações pacíficas e protecionistas, a partir da adesão a princípios gerais de proteção ambiental. Tal análise pretende explorar a desconstrução do sujeito unitário e racional, projeto do pensamento moderno ocidental, buscando outros caminhos, que sugerem reflexões transversais, a partir da crítica aos processos de subordinação entre categorias de pensamento pré-fixadas e a fim de explorar os mecanismos de emergência e tratamento teórico da produção histórico-social das concepções de humano e de animal.

Keywords:

Tropical primates;
Hybrid communities;
Sanitary wars;

Abstract: *The objective of this reflection is to deal with the place that the approaches on animals as well as on the relations between humans and animals have occupied in the contemporary anthropology, from the parameters that define the*

¹ Recebido em 11/04/2019. Aceito em 27/05/2019

*¹ Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. E-mail: esrapchan@gmail.com.

categories "likeness" and "difference" in relation to the associated phenomena health and disease, which involve transmission, contagion and epidemics in order to explore the possibilities of establishing inter-specific social relations. The aim of this study is to analyze the particular case of popular actions in the face of the outbreak of yellow fever in Brazil in 2018, which, by associating the disease contagion with the species of tropical monkeys, among them the monkey-natives, promoted violent attacks and deaths of the animals with which it was supposed that these humans had previously established peaceful and protectionist relations based on adherence to general principles of environmental protection. This analysis intends to explore the deconstruction of the unitary and rational subject, the project of western modern thought, seeking other paths that suggest transversal reflections, from the critique of the processes of subordination between prefixed categories of thought and in order to explore the mechanisms of emergence and theoretical treatment of the historical-social production of human and animal conceptions.

Humanos e macacos: cenários frágeis, mas otimistas

Não há sociedade humana desprovida de relações com animais sejam eles selvagens, peçonhentos, domesticados, habituados ou de estimação. Tais relações são dinâmicas e podem assumir muitas facetas. No contexto das sociedades forjadas sob a influência pelo projeto moderno ocidental pode-se afirmar, simplificada, que tais facetas podem ser agrupadas em, pelo menos, dois conjuntos, pensados como distintos, mas que apresentam fronteiras porosas: o da definição e classificação do humano *em relação aos* animais não-humanos e o *das relações com* os animais não-humanos. As definições do humano que, não se pode desconsiderar, tomam sempre o partido de um humano geral, conceito universal, que possui os atributos ausentes num animal genérico (INGOLD, 1994), afetam e são afetadas (FAVRET-SAADA, 1990/2005) continuamente pelas relações sociais que os humanos estabelecem com os não-humanos, apesar de não serem reflexos perfeitos dessas. As relações *com* os animais, por sua vez, são marcadamente contextuais e históricas.

Ao mesmo tempo, em relação às práticas violentas dos humanos frente aos outros animais, parece haver um consenso reproduzido pela opinião pública ocidental segundo o qual, quanto mais distante for o animal das práticas cotidianas, e portanto quanto menos concretas forem as relações entre os humanos em questão e o referido animal, mais condenáveis serão as ações que coloquem em risco a vida desse último (DESCOLA, 1998). Simultaneamente, tal repúdio é modulado pelas referências culturais locais. Descola (1998) observa que, em países de tradição latina, a compaixão contra os maus-tratos, o horror

ao sofrimento desnecessário e a responsabilidade moral da espécie humana diante das outras formas de vida que habitam o planeta são a pedra de toque. Contudo, as práticas sociais também se organizam a partir de uma escala de valores antropocêntrica segundo a qual os animais que têm maior potencial para angariar simpatia seriam aqueles mais parecidos com os humanos (DESCOLA, 1998).

As relações sociais que humanos estabelecem com os animais podem também ser de muitos tipos e são moduladas por variações que articulam e integram as dimensões atmosféricas, ecológicas, materiais e simbólicas, entre outras, e, por sua vez, estão sempre articuladas a contextos histórico-evolutivos específicos. Assim, a respeito de relações entre humanos específicos com não-humanos específicos, percebemos que os arranjos variam tanto em relação a padrões e princípios organizativos da vida material e social quanto em relação a individualidades humanas e animais. Por exemplo, os animais são classificados em categorias como selvagens, habituados e domesticados ou de acordo com suas funções como predação, caça, experimentação, trabalho, criação ou companhia. Contudo, as relações dos humanos com os outros animais também podem ser, como sugerem a arqueologia, a antropologia e a história, múltiplas e complexas (LÉVI-STRAUSS, 1982; BORIC, 2005; CONNELLER, 2004; HARRIS, ROBB, 2012, STRATHERN, 1988). Cada uma delas, por sua vez, não é estanque e indivíduos da mesma espécie podem ocupar posições distintas nas relações. Os animais podem, ainda, engajar-se nas relações com os humanos como seres vivos, como amigos, como inspiração, como ancestrais, como mitos, como ideias, etc.

Há muitas espécies ameaçadas de macacos tropicais e, desde a década de 1980, em relação a elas, a sociedade brasileira vivenciou o que parecia sinalizar alguns processos de mudança das relações com esses animais, em âmbito público e nacional mediados por influências vindas dos meios de comunicação de massa, políticas públicas e ambientais, mudanças na legislação, divulgação científica, campanhas promovidas pelo Estado ou por organizações não-governamentais, pela inclusão da educação ambiental promovida nas escolas e pelas políticas de geração de emprego e renda que reforçaram as variáveis favoráveis ao estabelecimento de compromissos coletivos com a proteção desses animais (ABDALLA, 2007) e firmaram uma espécie de acordo de sociabilidade interespecífica, ainda que frágil (SUZIN, 2015; BATISTA, COSTA NETO, SPAGNOLETTI, 2017). Uma pesquisa conjunta feita pelo Instituto Vox Populi, orientada pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo ISER e pela WWF Brasil (2006) sinalizava um crescimento de 30% nos indícios positivos de conscientização ambiental da população brasileira registrados num período de 15 anos (1992-2006), conforme a série histórica 1992, 1997, 2001 e 2006. Para compreendermos melhor o cenário, no entretanto, é preciso acrescentar os

dados sobre permanência e mesmo crescimento, em alguns casos, das práticas de desmatamento, aprisionamento, tráfico, caça e pesca ilegais de animais silvestres no país (ABDALLA, 2007).

Ao mesmo tempo, entre 2008 e 2014, enquanto 170 espécies saíram da condição de ameaçadas no Brasil, 716 novas espécies passaram a ingressar a lista de risco (ICMBio; MMA, 2018). Esse descompasso pode sinalizar uma predisposição da população a afirmar seu interesse pela preservação ambiental sem que isso, necessariamente, se reflita integralmente no comportamento coletivo. Contudo, obviamente, confirmar essa possibilidade demanda novas pesquisas. Os 1270 cientistas que participaram da pesquisa sobre espécies ameaçadas no país, (ICMBio, 2018) organizaram a situação das espécies animais em 10 categorias sendo que 4 expressam ameaça. São elas: Extinta na Natureza (EW), Criticamente em perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU). A primeira lista de espécies em extinção no Brasil foi realizada em 1968 pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal) sob influência da Lei de Proteção à Fauna de 1967, que proíbe a caça profissional e, atualmente, aliás, corre o risco de ser revogada pelo Projeto de Lei 6268/2016 que tramita no Congresso Nacional.

Os macacos-prego, largamente dispersos pelo território brasileiro (AURICCHIO, 1995), são animais adaptáveis a ambientes distintos, habitam tanto o meio rural quanto o urbano, nas condições de animais selvagens, habituados ou cativos. Nesses contextos, constituem o social, juntamente com os humanos e outros animais e dele participam através de formas concretas de afetar e ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005; MCLENNAN, SPAGNOLETTI, HOCKINGS, 2017; RAPCHAN, 2016; RAPCHAN, NEVES, 2016; SILVEIRA, 2016; SPAGNOLETTI, CARDOSO, FRAGASZY, IZAR, 2017).

Os animais popularmente chamados de macacos-prego, primatas frequentemente encontráveis em extensas e diversas regiões do território brasileiro, são fortes candidatos a receptores da simpatia humana, uma vez que quanto mais sabemos sobre eles em relação às semelhanças anatômicas, à complexidade social, à riqueza de suas expressões faciais e às suas habilidades manuais e às suas habilidades para produzir e usar ferramentas líticas, o que coloca os macacos-prego, ao lado dos humanos e dos chimpanzés, como membros de um seletivo grupo (FRAGASZY *et al.*, 2004) e, conforme o já mencionado Descola (2008), aumenta as chances desses animais angariarem a simpatia humana.

Esses fatores, combinados, exerceram, potencialmente, influência significativa nas relações estabelecidas entre humanos que vivem em espaço urbano, ou sob forte influência da cidade (e não de populações rurais ou tribais), que estiveram (ou estão) sob influência dos discursos dos movimentos

ecologistas, e os macacos tropicais, inclusive os macacos-prego. No entanto, as posturas supostamente favoráveis à proteção e convívio pacífico com esses macacos foram, de repente, substituídas por discursos hostis e atitudes agressivas justificadas pelo suposto potencial de que os macacos são transmissores da febre amarela. A onda de disposição favorável aos macacos tropicais que parecia ter modificado ao menos as declarações públicas dos brasileiros sobre suas relações com esses animais parece estar em recesso. O que aconteceu?

Humanos e macacos – parceiros na doença e na morte

Esse cenário fragilmente pacificado de relações inter-espécies parece estar mudando drasticamente nos últimos anos. O Brasil vive, atualmente, o maior surto de febre amarela já registrado em sua história tanto em termos de extensão do território atingido pela doença quanto por sua periculosidade. A febre amarela é uma doença que afeta tanto humanos quanto primatas não-humanos. Segundo informações veiculadas pela Fiocruz; “A *febre amarela* é uma doença infecciosa grave, causada por vírus e transmitida por vetores. Geralmente, quem contrai este vírus não chega a apresentar sintomas ou os mesmos são muito fracos. As primeiras manifestações da doença são repentinas: febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias. A forma mais grave da doença é rara e costuma aparecer após um breve período de bem-estar (até dois dias), quando podem ocorrer insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço intenso. A maioria dos infectados se recupera bem e adquire imunização permanente contra a febre amarela.” (<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>).

A febre amarela é endêmica da região amazônica, mas tem se expandido para outras regiões do país nos últimos anos. Além da expansão territorial, o número de casos tem aumentado, bem como a gravidade e a mortalidade causada pela doença. Desde 2011, quando, segundo dados do Ministério da Saúde, o número de casos humanos saltou de pouco mais de 300 para 800 e a doença se tornou mais letal pois as mortes, entre os atingidos pela doença, cresceram e passaram de 40% para 100% (MINISTÉRIO DA SAÚDE/SUS, 2018)!

Essa significativa expansão da febre amarela pelo território nacional redesenha, ao menos, dois mapas. Um deles é o da própria incidência da doença que tem se espalhado pelo centro-oeste (entre 2015 e 2016) e pelo sudeste (entre 2016 e 2017), inclusive entre os meses de julho a setembro quando as baixas temperaturas e a redução dos índices pluviométricos tenderiam a

restringir os focos da doença. O outro mapa expressa a difusão da doença entre humanos e primatas não-humanos ameaçando, em áreas silvestres, indivíduos pertencentes a espécies sob o risco de extinção.

Esse segundo mapa interessa, em particular, porque expressa a aproximação entre humanos e outros primatas enquanto vítimas de um mesmo surto de uma doença gravíssima e que está se tornando mais agressiva. A intenção desse trabalho é provocar reflexões sobre os registros publicados pela imprensa, por órgãos oficiais e coletivos de cientistas acerca de reações humanas frente aos macacos em regiões contaminadas pela febre amarela a fim de analisar aspectos dos processo associado a essas formas de violência e expandir os horizontes de reflexões sobre as relações entre humanos e não-humanos.

A dupla vitimização dos macacos

O surto de expansão da febre amarela demarca ao menos duas faces trágicas das relações entre humanos e macacos no Brasil contemporâneo. Uma delas define-se a partir de certas semelhanças imunológicas entre espécies do mesmo filo. Somos todos primatas e, assim, compartilhamos algumas fragilidades a certas doenças. Entre elas, a febre amarela. Assim, como os humanos, todos os primatas tropicais são suscetíveis ao contágio pela doença. E, entre eles, também as espécies que se encontram sob risco de extinção. A outra diz respeito à generalização do comportamento agressivo dos humanos em relação aos macacos que, frequentemente, tem levado à morte desses últimos. Isso porque os humanos agem motivados pela ideia totalmente equivocada segundo a qual os macacos são os responsáveis pela transmissão da doença e que matar os macacos resolveria o problema. Isso não se justifica porque o ciclo da doença depende da fêmea do mosquito (*Aedes aegypti*) que é hematófoga e, ao picar um macaco ou humano contaminados com o vírus da doença, incorpora o vírus que será inoculado, por meio de outra picada, em um macaco ou humano que, por sua vez, irá provavelmente contrair a doença.

Bugios e guaribas (do gênero *Allouatta*), saguis e micos (do gênero *Callithrix*) e os macacos-prego (do gênero *Sapajus*) estão entre as vítimas frequentes da febre amarela no Brasil. Segundo Leandro Jesusalinsky, coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), os macacos-prego têm apresentado maior resistência à contaminação e também sinalizam a aquisição de imunidade mais facilmente. Para as outras espécies, infelizmente, o contágio é frequentemente fatal (ICMBio, 18/01/2018).

O impacto das agressões fatais dos humanos contra os macacos associado ao contágio é tão alto que, por exemplo, no Rio Grande do Sul,

devido ao surto ocorrido entre 2008 e 2009, ainda de acordo com Jesusalinsky, milhares de bugios pretos e ruivos morreram. Isso elevou significativamente os índices de risco de extinção em certas áreas, mesmo no caso das unidades de conservação ambiental (ICMBio, 18/01/2018). Além desses, outros habitantes da Mata Atlântica, como o macaco-prego-de-crista, além do miqui do sul e do norte também estão sob riscos mais altos de desaparecimento.

Assim, a vida dos macacos nativos, encontra-se atualmente duplamente ameaçada: seja pelo próprio contágio pela febre amarela, seja pela agressão dos humanos. Assim, em contextos onde ocorre a proximidade geográfica entre humanos e macacos tropicais, têm surgido outros tipos de relação distintas das estabelecidas entre macacos e povos indígenas, como é o caso dos Guajá (GARCIA, 2018), e também diferentes daquelas populações verificadas entre populações que pareciam suscetíveis a estabelecer relações mais interativas e menos predatórias com os macacos (SUZIN, 2015; BATISTA, COSTA NETO, SPAGNOLETTI, 2017).

O Brasil foi predominantemente rural até a década de 1970. O processo de transformação da paisagem do país associada ao deslocamento de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade está associado às migrações volumosas do campo para a cidade, à expansão desordenada das áreas urbanas, à formação de gigantescas periferias pobres e carentes (MARTINS, 2010) e ao crescimento dos índices de destruição de biomas, desmatamento e ameaça crescente às espécies nativas. A partir da década de 1980, como mencionado anteriormente, surgiu um contra-movimento em favor da preservação ambiental no país que indicava a emergência de resistências em relação a práticas agressivas ao meio ambiente (ALONSO, COSTA, MACIEL, 2007). Contudo, no Brasil contemporâneo, espalhados pelo território, grupos humanos significativos e numerosos atacam, agredem e matam macacos por acreditar, equivocadamente, que a eliminação dos macacos pode evitar o contágio pela doença e, assim, protegê-los, ao mesmo tempo em que a eficiência das medidas sanitárias para eliminar o mosquito transmissor da doença permanecem muito abaixo dos índices necessários.

Diante desse quadro, vários órgãos têm vindo a público para divulgar informações que visam proteger as vidas dos macacos ameaçados por humanos enfatizando que os macacos são vítimas como nós. Eles não são os vetores da doença. Assim, deflorestar ou matar os macacos, práticas que estão se tornando crescentemente comuns, não reduz o surto da doença. Ao contrário, os macacos funcionam como uma espécie de "sentinela" facilitando a identificação dos locais onde há focos de febre amarela (ICMBio, 18/01/2018) e aumentando a eficiência do combate à febre amarela.

Segundo o informe 43/2017 do Ministério da Saúde do Brasil, a febre amarela promoveu, entre humanos, de dezembro de 2016 a maio de 2017, 435 óbitos, 274 confirmados, configurando um índice de letalidade de 34,5%. O mesmo relatório informa que, no mesmo período, foram encontrados 5.553 macacos mortos pela doença. Contudo, como observa o primatólogo Danilo Simonini da Sociedade Brasileira de Primatologia (SBPr), esse número não contabiliza os animais mortos na mata, e não encontrados, nem os animais que foram contaminados, mas foram mortos por humanos e não pela doença.

Outro dado importante para compor esse cenário diz respeito à possibilidade de vacinação dos macacos pregos contra a febre amarela. Há um debate entre alguns virologistas, médicos e o estado brasileiro em relação a essa possibilidade. De um lado, os cientistas defendem que a vacinação dos macacos poderia não só atenuar o surto como reduzir futuros ciclos epidêmicos da doença. De outro lado, o Ministério da Saúde informa que não há vacina licenciada para aplicação em animais e que, para viabilizar isso, seria necessário fazer investimentos, o que demandaria análises sobre as relações entre custo e eficiência da medida (MANIR, 2017). Já os cientistas reconhecem, entre as dificuldades, os problemas relacionados à inoculação da vacina, mas defendem as vantagens decorrentes de esforços dirigidos à vacinação dos macacos.

Enquanto o impasse permanece, as mortes continuam. Contudo, o debate sobre a vacinação dos macacos ilumina outro aspecto das facetas das relações interespecies. Enquanto os movimentos anti-vacina, infelizmente, crescem mundialmente, sinalizando, mesmo que indiretamente, a ascensão de um obscurantismo anticientífico, razões religiosas ou “filosóficas” e até mesmo a suposta imunidade dos membros de famílias de alto padrão sócio-econômico-educacional (VASCONCELLOS-SILVA, CASTIEL, GRIEP, 2015) Nesse contexto, vacinar os macacos, semelhantes a nós, mas ainda assim não-humanos, surge como uma saída possível. Vacinar os macacos poderia substituir a vacinação de humanos?

Humanos *versus* macacos

O panorama descrito acima apresenta uma mudança significativa no cenário onde se desenrolam os conflitos recentes deflagrados entre humanos e macacos no Brasil já que não tratam de caça para compor a dieta de seringueiros, pescadores ou agricultores familiares nem sequer a expulsão dos macacos das lavouras. Os macacos, responsabilizados pelo contágio da febre amarela, tornam-se crescentemente alvos e vítimas da agressividade dos humanos moradores ou turistas nas áreas ocupadas pela mata atlântica. Entre as práticas identificadas, segundo a bióloga Juliana Summa, diretora da Divisão de Fauna Silvestre da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São

Paulo (MANIR, 2017), destacam-se o abandono, sem planejamento, de macacos adotados por medo injustificado de contágio. O mesmo tem sido observado em outros estados das regiões sul e sudeste (CITAR). Além disso, aumentam os índices de ataque sistemático, com o intuito de afugentar ou matar, dirigido a macacos vistos nas vizinhanças de áreas onde circulam humanos.

Desde a década de 1970, muitas cidades brasileiras expandiram-se em direção às franjas de florestas tropicais. Essa expansão forçou o convívio entre humanos e espécies silvícolas, entre elas os macacos. Há algumas décadas, a expansão das práticas de educação ambiental e as campanhas voltadas ao grande público em favor da proteção da natureza, apesar de seu caráter predominantemente conservacionista e genérico, surtiram efeitos sobre a população urbana brasileira em favor da valorização da flora e da fauna e no sentido de estimular ações de proteção e comportamentos afetivos em direção aos animais e plantas selvagens.

Diante dessa mudança aparentemente brusca de comportamento pautada, principalmente, na crescente agressividade dos humanos em relação aos macacos, fica a pergunta: O que interrompeu a estabilização do estabelecimento de um "contrato" social inter-espécies (LESTEL, 2011) que parecia estar se firmando lenta mas eficazmente entre humanos e espécies nativas, particularmente aquelas ameaçadas de extinção?

Do amor à natureza ao ódio pelos macacos: Quando tudo mudou?

Illana Löwy (2006), descreve um mundo tropical castigado pela febre amarela que transpõe as fronteiras modernas entre ciência e política. Ao estudar um dos momentos críticos da infestação do Brasil pela doença e as medidas de saúde pública adotadas para combatê-la, entre 1880 e 1945, a autora sinaliza o quanto as medidas relativas às práticas da saúde pública não se restringiram à técnica médica e transbordaram para os planos da vida social, da cultura local e da política propriamente ditas.

Aqueles momentos, segundo a autora (LÖWY, 2006), marcados por uma cultura da violência tão familiar à sociedade brasileira, caracterizaram-se pela adoção de práticas descritas por metáforas expressivas da agressividade embutida nas ações tais como o caráter militar das brigadas de combate ao mosquito formadas por uma organização chamada de "exército permanente em campo" que agia motivado por um "fanatismo quase religioso" que expressam o caráter de guerra religiosa assumido pelas práticas de enfrentamento dos focos do mosquito transmissor da febre amarela e outras doenças, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Assim, o combate da febre amarela no Brasil no mesmo período em que o país começava, pouco a pouco a modernizar-se, foi, além de uma questão sanitária, de direito e de bem estar

social, também uma questão cuja solução foi modelada numa ordem militar, religiosamente inspirada, para combater um mal físico mas, talvez, também moral e espiritual.

Gostaria de reter aqui a possibilidade de que tenha ocorrido a fixação de uma memória popular segundo a qual o combate da febre amarela através da guerra, ou seja, da violência física é eficaz. Aprofundar a hipótese de que, no imaginário nacional, a solução para os problemas causados por certas doenças demanda, necessariamente, a adoção de práticas violentas dependerá de pesquisas futuras. Entretanto, faz algum sentido considerar que a agressividade contemporânea observada no comportamento das pessoas contra os macacos nativos brasileiros, aproximadamente um século depois do início das políticas nacionais de combate à febre amarela pela recém-nascida república, replique ecos de uma maneira social de lidar o problema. Contudo, na versão contemporânea o ódio popular parece voltar-se mais contra os macacos do que contra os mosquitos, o que não deixa de sugerir paralelos entre a desinformação que mobiliza a ação presente em ambos os casos.

Ao longo da segunda metade do século XX, há dois marcos na história do país que indicam períodos de trégua nos conflitos que envolvem humanos, a febre amarela, os mosquitos e os macacos tropicais nativos. Os registros históricos da saúde pública no Brasil apontam que, em 1942, a febre amarela foi extinta das áreas urbanas do país e concentrou-se, a partir de então, principalmente, nas florestas do norte, nordeste e centro-oeste do país. Já os registros sobre a história de educação brasileira informam que a lei 9.795/99 de 1999 normatiza a Política Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de promover “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (GIMENES, 2018, p. 32).

Assim, mesmo que de forma não-sistemática, tanto a escola quanto a mídia dedicaram-se, nas décadas mais recentes, e anteriores ao recente surto de febre amarela do qual estamos tratando aqui, a divulgar conteúdos que valorizavam interações mais harmônicas entre humanos e seus meios, o que incluía os primatas tropicais nativos, particularmente os primatas sob risco de extinção, como o mico leão dourado, por exemplo. Tais animais passaram assim a ser reconhecidos como “espécies de valor ambiental” e sua simbiose simbólica com a própria natureza expressavam, ao menos nominalmente, um apego das populações urbanas brasileiras aos ideais de proteção da natureza, num sentido amplo. A suposta harmonia com a natureza repousava, então, na expectativa de

alicerçar as práticas de uma população que se sentia segura e protegida dos males das doenças tropicais.

Dada a expansão das áreas urbanas em termos territoriais e populacionais desde os grandes processos migratórios no sentido campo-cidade, decorrentes das profundas transformações ocorridas no universo rural brasileiro, verifica-se, em cidades, o potencial para formação de comunidades híbridas constituídas por humanos e outros animais, inclusive os macacos. Esses macacos, por sua vez, diante da expansão da urbanização sobre seus territórios de perambulação e graças à sua plasticidade comportamental, adaptaram-se às mudanças nos meios e aos seus novos vizinhos, inclusive aos primatas grandes que se auto-denominam humanos.

Segundo Lestel (2011), as comunidades híbridas formadas entre humanos e animais não-humanos constituem-se a partir do estabelecimento de vínculos de solidariedade interespecíficos. Lestel (2011, p. 42-43) sinaliza que esse tipo de solidariedade "é crucial para o estabelecimento das comunidades humanas". Essas comunidades entretanto, segundo o autor, não se sustentam a partir das regras do "contrato social" porque não se baseiam no agrupamento de iguais e na manutenção de suas garantias, mas no agrupamento de diferentes e na garantia de que suas diferenças serão protegidas e respeitadas (LESTEL, 2011).

No Brasil, entre as décadas de 1970 e 2010, o lento reconhecimento e a aceitação, mesmo que restrita e parcial, da presença e preservação de macacos selvagens em áreas urbanas parecem ter sido fortemente mobilizados pelos discursos de proteção ecológica que visavam promover um tipo novo de relação com os animais, distinta das relações rurais: "Nem amansamento, nem domesticação ou adestração, a abordagem ecologista remete à *preservação*, a um movimento que participa da pós-caça selvagem e da pós-domesticação, a uma maneira sutil de deixar os animais habitar nossas cidades e nossa linguagem, dupla condição de uma coabitação na comunidade dos homens." (LESTEL, 2011, p. 42).

A fundamentação dessas concepções de comunidade híbrida se estabelecem a partir de certos consensos em torno de princípios que associam o apego entre humanos e animais e as práticas de preservação de certas espécies à defesa da natureza, já que as comunidades híbridas alicerçam-se sobre um interesse comum, garantir que a natureza continue viva e intacta, na medida do possível. Assim, as "possibilidades nutritivas" associadas aos "interesses de produção e de reprodução", bem como aos interesses "intelectuais" (LESTEL, 2011) cimentaram, no Brasil, afetos, discursos e algumas ações dos humanos em favor dos macacos por algum tempo.

Assim, as perguntas que não podemos deixar de elaborar são produzidas a partir da aparente ruptura desses princípios que, apesar de frágeis eram perceptíveis, como manifestações de sociabilidade entre humanos e animais. Ou seja, o que tem levado uma das partes – os humanos – a agirem de modo a gerar sofrimento, desproteção ou morte para a outra parte – os macacos? O que justifica essas mudanças bruscas em relação a esses “outros” que, até há pouco, representavam positivamente a natureza e eram tidos como parceiros heterogêneos mas bons para o convívio social?

O que ocorreu? Preservar a natureza deixou de ser importante porque há outras prioridades, como resolver demandas imediatas de sobrevivência, promovidas pela recente crise econômica que atravessa o país? De onde vem o medo expresso como ódio aos macacos, se as autoridades da área de saúde procuram divulgar em todos os meios de comunicação que os macacos não são vetores da febre amarela, mas vítimas, exatamente como os humanos? Os cientistas perderam a autoridade diante da crise nacional? Quais são os valores sociais que orientam as ações coletivas em relação à saúde e a natureza nessa sociedade atualmente?

Seriam as ações violentas motivadas pelo resgate de uma memória, produzida durante as práticas estatais de combate a doenças adotadas no país na virada entre os séculos XIX e XX, que associaram a profilaxia à violência de modo que a cura não parecia ser fruto da inoculação de vacinas ou da contenção dos focos de doença, mas da agressividade dirigida a alguém “culpado” pelas epidemias? Nesse caso, temos subsídios não só na análise de Löwy (2006), mas também nas análises de Sevcenko (1994) e Chaloub (2018) sobre a truculência com que o poder público tratou as epidemias na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Sevcenko (1984) interpreta a reação popular movida pela recusa ao trinômio “capitalização, aburguesamento, cosmopolitização”, mas a violência imposta ao povo pobre carioca pelos braços dos agentes de saúde de Oswaldo Cruz armados pelas ruas do Rio de Janeiro com seringas de vacinas contra a varíola é também um dado considerado por Chaloub (2018) que identifica nos embates entre infeccionistas e contagionistas sobre a febre amarela e a vacina antivaríola mais que um problema de saúde. A pobreza, a falta de higiene urbana, a oposição política à jovem República e as péssimas condições de moradia dos encortiçados tornavam, aos olhos das autoridades, os pobres os responsáveis morais pelas epidemias e pelo atraso.

Ao mesmo tempo, os macacos, diferentemente de aves, gado e suínos, não são, em princípio, animais “matáveis” para que, justificada e moralmente, seja possível conter epidemias. Ao contrário, os macacos são não-humanos cada vez mais “próximos”, cuja semelhança com os humanos é crescentemente reconhecida.

Diante de tal contradição, seriam as formas contemporâneas de ataque as macacos nas áreas infestadas pela febre amarela a expressão de um tipo de relação com a natureza na qual o risco é combatido por meios da agressão e a erradicação da doença depende de os humanos encontrarem um inimigo e travarem contra ele uma guerra? Ou seja, a violência social histórica brasileira no âmbito da saúde pública (LÖWY, 2006) despertou da dormência e voltou a se manifestar em relação à natureza, expressando o desejo de domínio e de extermínio do que se crê ameaçador, apesar dos discursos científicos sobre a inocência dos macacos tropicais e sobre sua semelhança conosco?

Tais perguntas, elaboradas no processo de confecção desse manuscrito, e imersas nos processos recentes de transformação do cenário nacional, demandam um retorno ao campo e a reflexão sobre a rearticulação dos sujeitos, humanos e não-humanos, envolvidos nesses conflitos.

Minha sugestão, para encaminhamento dessa reflexão, é que a perseguição e ataque em massa aos macacos verificadas no Brasil nos últimos anos sinalizam uma ruptura no estatuto de "igualdade" do direito à vida forjado nas frágeis comunidades híbridas que haviam se constituído nas últimas décadas no país, em relação a certas espécies nativas escolhidas, porque emblemáticas e carismáticas, do mesmo modo que indicam um abalo na defesa de certos valores associados à importância vital da proteção do patrimônio ambiental nacional:

A questão central colocada pela noção de comunidade híbrida é a seguinte: o que significa a ideia de um "contrato social" entre criaturas diferentes, considerando-se que algumas falam, outras mal se comunicam, mas todas compartilham interesses e sentidos? A possibilidade de um compartilhamento de sentidos entre homens e animais não se reduz, aliás, a um compartilhamento da compreensão. A filosofia política pensou sobretudo uma sociedade de iguais e negligenciou as comunidades nas quais os membros não podem ser essencialmente iguais, já que alguns têm acesso à linguagem e outros não. É interessante observar que uma das maiores estratégias para fazer com que os animais sejam aceitos nas comunidades híbridas é a de estabelecer um estatuto de "igualdade", quer dizer, de uma igualdade moral e jurídica que resulte de sua competência intelectual. Enfim, essas comunidades híbridas se apoiam na organização de práticas e cooperações compartilhadas que são negociáveis, mas não discutíveis. (LESTEL, 2011, pp. 46-47)

Referências Bibliográficas

- ABDALLA, A. V. D. 2007. A proteção da fauna e o tráfico de animais silvestres. Universidade Metodista de Piracicaba. Dissertação (Pós-Graduação, Curso de Mestrado em Direito).
- ALONSO, A., COSTA, V., MACIEL, D. 2007. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estud. - CEBRAP* 79, pp. 151-167.
- AURICCHIO, P. 1995. *Primatas do Brasil*. São Paulo: Terra Brasilis, pp. 13-33.
- BATISTA, W. P., COSTA NETO, E. M., SPAGNOLETTI, N. 2017. Relação entre humanos e primatas (*Sapajus sp.*) às margens do Rio São Francisco, NORDESTE, BRASIL. *Ethnoscientia*, v. 2, n. 1, pp. 1-15.
- BORIĆ, D. 2005. Body Metamorphosis and Animality: Volatile Bodies and Boulder Artworks from Lepenski Vir. *Cambridge Archaeological Journal* 15, pp. 35-69.
- CHALHOUB, S. 2018. *Cidade Febril*. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras.
- CONNELLER, C. 2004. Becoming Deer: Corporeal Transformations at Star Carr. *Archaeological Dialogues*, n. 11, pp. 37-56.
- DESCOLA, P. 1998. Estrutura ou Sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana* v. 4, n. 1, pp. 23-45.
- FAVRET-SAADA, J. 2005. Ser afetado. Trad. Paula Siqueira. *Cadernos de Campo* 13, pp. 155-161.
- FIOCRUZ. Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos. Bio-Manguinhos. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em: 11/04/2019.
- FRAGASZY, D., IZAR, P., VISALBERGHI, E., OTTONI, E., OLIVEIRA, M.G. 2004. Wild capuchin monkeys (*Cebus libidinosus*) use anvils and stone pounding tools. *American Journal of Primatology* v. 64, n. 4, pp. 359-366.
- GIMENES, P. S. 2018. *Óleo comestível usado e Educação Ambiental Crítica: Experiências com uma sequência didática no Ensino Fundamental*. Dissertação – Profciamb, UEM - campus Goioerê.
- HARRIS, O.J.T.; ROBB, J. 2012. Multiple Ontologies and the Problem of the Body in History. *American Anthropologist*, v. 114, n. 4, pp. 668-679.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes. MMA. 18/01/2018. Febre amarela: macacos não transmitem a doença. <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas->

- noticias/20-geral/9416-febre-amarela-macacos-nao-transmitem-a-doenca. Acesso em: 11/04/2019.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes. MMA. 2018. *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. 8 vols. Brasília.
- INGOLD, T. 1994. Humanity and Animality. In: INGOLD, T. (ed.). 1994. *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres: Routledge, pp. 14-32.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LESTEL, D. 2011. A animalidade, o humano e as "comunidades híbridas". In: MACIEL, M.E. (org.) *pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Ed. UFSC. pp. 23-54
- LÖWY, I. 2006. *Vírus, mosquito e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Scielo Books/Editora Fiocruz.
- MANIR, M. 2017. Por que o Brasil não vacina os macacos contra a febre amarela? BBC Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42269138>. Acesso em: 11/04/2019.
- MARTINS, J.S. 2010. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto.
- McLENNAN, M.R., SPAGNOLETTI, N., HOCKINGS, K.J. 2017. The implications of primate behavioral flexibility for sustainable human-primate coexistence in anthropogenic habitats. *International Journal of Primatology*, v. 38, n. 2, pp. 105-121.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2017. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Informe 43/2017*.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; ISER; WWF BRASIL, INSTITUTO VOX POPULI. 2006. O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade. Pesquisa de Opinião. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/pesquisa-o-que-os-brasileiros-pensam-sobre-a-biodiversidade.html> Acesso em: 11/04/2019.
- RAPCHAN, E. S. 2016. Casas, espaços públicos e parques – o caso entre os macacos-prego e a cidade em Maringá. *Iluminuras*, v. 17, n. 42, pp. 350-371.
- RAPCHAN, E. S.; NEVES, W. A. 2016. Famílias híbridas: Camponeses, primatólogos e macacos-prego no cerrado piauiense, *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 2, pp. 107-117.
- RÍMOLI, J., DE MELO, F. R., DOS SANTOS, M.C., LUDWIG, G. 2018. *Sapajus cay* (Illiger, 1815). In: ICMBio. Instituto Chico Mendes. MMA. 2018. *Livro*

- Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. 2º. vol. Brasília, pp. 263-267.
- SEVCENKO, N. 1984/2010. *A revolta da vacina*. São Paulo: Cosac & Naif.
- SILVEIRA, F. L. A. 2016. As relações humanas e não-humanos na metrópole amazônica. Estudo etnográfico no Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA). In: BEVILAQUA, C. B.; VELDEN, F. V. (Orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Ed.UFPR, pp. 285-314.
- SPAGNOLETTI, N., T. C. M. CARDOSO, T. C. M., FRAGASZY, D., IZAR, P. 2017. Coexistence between humans and capuchins (*Sapajus libidinosus*): Comparing observational data with farmers' perceptions of crop losses. *International Journal of Primatology*, v. 38, n. 2, pp. 243-262.
- STRATHERN, M. 1988. *Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press.
- SUS/MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2017/2018. *Monitoramento do Período Sazonal da Febre Amarela Brasil – 2017/2018*, Informe no. 10, 23 de janeiro de 2018.
- SUZIN, A. 2015. *The Relationship between Humans and Capuchin monkeys in an Urban Context in Southern Brazil*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.
- VASCONCELLOS-SILVA, P. R., CASTIEL, L. D.; GRIEP, R. H. 2015. A sociedade de risco midiaticizada, o movimento anti vacinação e o risco do autismo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 2, pp. 607-616.